

SALÁRIO-MATERNIDADE E AUXÍLIO ÀS TRABALHADORAS DE PELOTAS (1940 - 1950)

LUCAS DE SOUZA PEDROSO¹; LORENA ALMEIDA GILL²;

¹*Universidade Federal de Pelotas – lucas.souzapedroso@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – lorenaalmeidagill@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O presente projeto foi realizado a partir do acervo da Justiça do Trabalho (JT) da Comarca de Pelotas, salvaguardado pelo Núcleo de Documentação Histórica (NDH- UFPel). O acervo conta com mais de cento e cinco mil processos, entre os anos de 1941 e 1990, ainda que existam alguns documentos anteriores.

Para a pesquisa houve o interesse em documentos que tivessem como motivo a maternidade. A intenção foi analisar os primeiros 10 anos do acervo, com o objetivo de reunir informações como salários das mulheres; funções que exerciam; onde se encontravam; quem fazia o cuidado da casa, visando melhor compreender esse período e os fatores que levaram a busca na justiça para conseguir seus direitos. Alguns desses fatores apontados são mais fáceis de responder do que outros, no entanto, esse projeto não tem a intenção de fazer uma análise da mulher ligada a instituições como sindicatos, por exemplo, mas sim de observar onde a mesma se encontrava dentro da sociedade nesse recorte de tempo. A metodologia utilizada é a análise documental. Como observa Cellard: “O documento permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social” (CELLARD, 2012, p.295).

2. METODOLOGIA

Para efetuar a análise foi observado o acervo caixa a caixa, processo a processo, a fim de encontrar uma série de documentos a serem analisados. Com a inauguração do banco de dados do NDH, a pesquisa ficou mais acessível desde a forma de consulta até a localização dos processos no acervo.

Com o uso do banco de dados foi possível filtrar a pesquisa para as demandas que se enquadravam no projeto, no sentido de se encontrar processos onde as reclamantes fossem mulheres; o tipo de demanda; qual a legislação que se vinculava ao pedido, caracterização do pedido, ou seja, se aviso prévio, pagamento das horas extras, pagamento por despedida injusta, pagamento do período de férias. Outro interesse se relaciona ao resultado do processo, ou seja, se julgado procedente, procedente em parte, improcedente ou arquivado, até porque para a maioria dos processos das mulheres estes eram julgados improcedentes ou arquivados.

O banco de dados permite acessar várias informações, como o número do processo, a sua situação, qual foi o andamento deste, se a ação foi plúrima ou individual, quem eram as partes, os advogados e as testemunhas, caso existissem. Sobre a pessoa vinculada ao processo é possível ter outra gama de informações como nome completo, estado civil, gênero, profissão, idade, número da carteira de trabalho, se alfabetizado (a) e se recebe benefício à justiça gratuita, fornecido a quem tinha renda menor a um salário mínimo legal da época.

Apesar de possuir somente as informações dos 10 primeiros anos do acervo, por enquanto, a pretensão desse projeto é ampliar a análise, à medida em que a digitação do material for se realizando.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação aos números do banco de dados já mencionado para a década de 1940, temos um total de 1.449 processos cadastrados. A estes processos estão vinculadas 1.893 pessoas (alguns são plúrimos), sendo que 91.6% são homens e 8.4% mulheres. As mulheres ainda eram pouco representativas no mercado de trabalho e apenas 0.42% se referem a assuntos vinculados à maternidade.

Previsto no Regulamento Nacional da Saúde Pública, em 1923 a proteção à maternidade foi instituída nas Constituições de 1934 e 1937 e regulamentada no terceiro capítulo da Consolidação das Leis do Trabalho. Na Constituição de 1946 foi reafirmada e assegurada a lei e o descanso antes e após o parto para as trabalhadoras que eram mães, além de para as trabalhadoras lactantes haver dois períodos durante a jornada de trabalho para a amamentação. Assim diz a lei: “h) assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante, assegurando a este descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do salário e do emprego, e instituição de previdência, mediante contribuição igual da União, do empregador e do empregado, a favor da velhice, da invalidez, da maternidade e nos casos de acidentes de trabalho ou de morte” (Cf. BRASIL. Constituição (1934). Art. 121, inciso 1º, alínea h).

Sobre a efetivação dos regulamentos, Edinaldo Souza diz da “insuficiência e as deficiências dos organismos responsáveis pela fiscalização e pela aplicação das leis” (SOUZA, 2011, p.441), o que contribui com a dificuldade de implantação da Lei na prática. O trabalho do autor mencionado se restringe à região Nordeste do Brasil, contudo condiz com o mesmo período estudado, ou seja, 1940-1950. A pouca proteção à mulher gestante não era delimitada a uma região, mas ao Brasil como um todo e também para outras partes do mundo.

Para os dez anos iniciais do acervo, foram encontradas apenas oito mulheres que buscavam direitos maternais, sendo quatro casadas e quatro solteiras, com resultados de quatro processos improcedentes e os demais registrados como acordo, ou seja, não alcançou o valor que deveria nos processos, mas um valor reduzido. Afim de ilustrar algumas das informações contidas nos processos foi construída uma tabela.

A seguir:

Nome	Função	Estado Civil	Empresa	Tempo de trabalho	Salário-Mensal (Cr\$)	Resultado
Ruth Machado Lima	Operária	Casada	Tinturaria Princesa do Sul	Não consta	400,00	Pleiteia Cr\$1.680,00, consegue acordo, recebendo Cr\$1.100,00
Dora Fagundes Teixeira	Copeira	Solteira	Café Jockey Club - Rahal & Athayde	Dez/1947 - Jun/1948	260,00	Acordo, recebendo Cr\$320,00
Maria da Conceição Torres schwantz	Operária	Casada	Adures & Cia	Uma Safra de Lã*	360,00	Acordo, recebendo Cr\$ 732,00
Alcidia Pires da Silva	Ajudadente de Cozinha	Solteira	Restaurante Tupy	Jul/1949 - Out/1949	340,00	Improcedente
Laura Antolina Enzel Gouveia	Tecelã	Solteira	Companhia de Fiação e Tecido	Mai/1946 - Jul/1948	Não Consta	Improcedente
Estela Duarte de Quadros	Operária	Casada	Lavanderia Vitória	Ago/1948 - Mar/1949	350,00	Acordo, recebendo Cr\$450,00
Maria de Jesus Macedo	Operária	Solteira	Barraca Irmãos Noronha	Ago/1948 - Mar/1949	312,00	Improcedente
Maria de Jesus Macedo	Operária	Solteira	Barraca Preparadora Geral de Cabelo	Ago/1948 - Mar/1949	312,00	Improcedente
*Não consta, apenas menciona que foi uma safra de lã no ano de 1949						

Figura 1

4. CONCLUSÕES

Ao se concluir o trabalho foi possível observar a dificuldade da implantação do salário maternidade mesmo com o decreto-lei em vigor. Tal fato pode estar vinculado a uma falta de fiscalização para a implantação da Lei na época. Muitos empregadores acabavam demitindo as trabalhadoras tão logo elas haviam parido, como acontece até hoje. Outro dado que podemos ressaltar é a quantidade de processos encontrados no acervo, o que faz questionar sobre o porquê do número reduzido de trabalhadoras que buscavam recurso na justiça. Seria por que conseguiam um acordo direto com os empregados; por desconhecerem seus direitos na época ou pela dificuldade de fiscalização? A princípio foi respondido alguns questionamentos, no entanto, outras perguntas surgiram com o decorrer no trabalho e outras não foram satisfatoriamente respondidas, ainda sim o trabalho pode contribuir para uma perspectiva da época. O projeto passa a ser apenas um fragmento de um todo, mas que apesar disso deve ser aprofundado em uma pesquisa mais ampla.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

Livro

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos.** 3^a. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012. p. 295-315.

FONSECA, Claudia. Mulher, Mãe e Pobre. In: PRIORE, Mary (org). **História das Mulheres no Brasil**, 2a ed. São Paulo: contexto, 1997. p. 511-531.

CALIL, Léa Elisa Silingowschi. **História do direito do trabalho da mulher: aspectos histórico-sociológicos do início da República ao final deste século.** São Paulo, Ltr, 2000.

Artigo

SOUZA, Edinaldo A. O. Mulheres operárias e luta jurídica pela proteção à maternidade em comarcas do Recôncavo baiano (1943-1949). **Caderno de Pesquisa CDHIS**, Uberlândia, v.24, n.2, jul/dez 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/13293>> Acesso: 24 de Mai, 2017.